

## “Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”: entrevista com a Assistente Social Luiza Erundina de Sousa

Maria Lúcia Duriguetto\*  

Maria Beatriz Costa Abramides\*\*  

Maria Rosângela Batistoni\*\*\*  

...os textos de Luiza Erundina estão “molhados” e não apenas salpicados de esperança. É que não há esperança fora da luta, da busca, do empenho de mudar, de refazer, de recriar, de reinventar. Não há esperança na pura espera, na inação de quem cruza os braços e, perdendo o desejo do sonho, submerge no fatalismo imobilista” (Paulo Freire – Prefácio do livro *Exercício da Paixão Política*).

Luiza Erundina nasceu em Uiraúna, no sertão da Paraíba, no dia 30 de novembro de 1934. De uma família numerosa de dez irmãos, cursou metade do curso de Serviço Social na Faculdade de Campina Grande e a outra metade na Faculdade de Serviço Social de João Pessoa, onde concluiu o curso em 1966. Nessa entrevista<sup>1</sup>, nosso foco foi que nos falasse de seu trabalho como Assistente Social desenvolvido na Paraíba e na Prefeitura Municipal de São Paulo (entre 1967-1981), da sua militância e trabalho sindical como presidenta da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP) entre 1978-1981, e do trabalho acadêmico como docente de Serviço Social em Faculdades da cidade e do Estado de São Paulo (1977-1981)<sup>2</sup>.

\* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maluduriguetto@gmail.com

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: biabramides@gmail.com

\*\*\* Universidade Federal de São Paulo. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com

<sup>1</sup> Entrevista realizada no contexto da pesquisa de pós-doutorado intitulada “A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional. Premissas analíticas”, de Maria Lúcia Duriguetto (Bolsista produtividade (PQ) CNPq), realizada no Programa de Pós-Graduação da PUC-SP (2023-24) sob a orientação da Professora Maria Beatriz C. Abramides (Bolsista produtividade (PQ) CNPq). A entrevista com Luiza Erundina de Sousa foi realizada no dia 14/11/2023, na cidade de São Paulo, com duração de 2h13min. Foram entrevistadoras as Professoras Maria Lúcia Duriguetto, Maria Beatriz C. Abramides e Maria Rosângela Batistoni.

<sup>2</sup> Essas inserções foram desenvolvidas, portanto, antes de Erundina se tornar vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pelo município de São Paulo, em 1982. Chamamos a atenção que alguns relatos dos trabalhos profissionais, sindicais e de docência feitos na nossa entrevista são reforçados e ampliados por outros depoimentos dados por Erundina e pelo conteúdo do seu livro autobiográfico (Sousa, 1991). Também, explicitamos informações

**Entrevistadoras:** Erundina, essa entrevista visa contribuir para desocultar a contribuição que segmentos da categoria de assistentes sociais tiveram no sentido de apoiar as lutas populares, de apoiar suas demandas, suas reivindicações, em um momento conjuntural quente aqui em São Paulo, que foi a segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980. Então, estamos fazendo uma entrevista com as profissionais que estabeleceram relação com os movimentos sociais, defendendo suas reivindicações nos espaços institucionais em que atuavam.

**Luiza Erundina:** Eu tinha um vínculo com a defesa da terra, com a população camponesa como assistente social... Eu vim para São Paulo para fazer o mestrado em Ciências Sociais, na Sociologia Política de São Paulo (1968–1969)... sobre uma experiência que eu vivi como Assistente Social na periferia de João Pessoa... com foco muito forte nas comunidades locais, numa visão muito inspirada na Teologia da Libertação... No meu caso, não tinha um vínculo muito pessoal com a Igreja não; eu sou católica, mas, naquele momento, era mais uma militância política, não partidária, trabalhando como assistente social junto aos camponeses primeiro, depois à população pobre da periferia e com a dimensão política da profissão.

E havia um questionamento, na época, em que nós, Assistentes Sociais — o Serviço Social — éramos uma profissão descolada, desligada da luta concreta e das condições políticas que existiam na época, que era a ditadura militar, fortemente prendendo trabalhador, cassando mandatos de dirigentes sindicais. Então, naquele momento, algumas de nós descobrimos que a profissão carecia de uma dimensão política. O que se pregava nas Faculdades chamadas ascéticas era que a profissão tinha que ser neutra, tinha que ser ascética para poder garantir o caráter científico da profissão. Isso não tinha nada a ver com o que a gente tentava fazer como Assistente Social junto aos camponeses e junto à população pobre dos centros urbanos. E aí se conseguiu articular um grupo de profissionais (*Erundina aqui já trata do período em que chega em São Paulo*) que estava saindo da Faculdade, particularmente da PUC. Aí estavam a Bia<sup>3</sup>, a Celinha<sup>4</sup>, a Chana<sup>5</sup>... Esses novos profissionais que já vinham com um engajamento político — não em partido, porque os partidos estavam proibidos de existir — mas havia as tendências, sobretudo daqueles que estavam voltando do exílio. E, então, algumas de nós, Assistentes Sociais, não aceitávamos essa pecha de que o Assistente Social era neutro, que não tinha que ter posicionamento político nenhum, que isso comprometeria o caráter racional e científico da

---

que achamos necessárias serem dadas em relação à alguns fatos mencionados por nossa entrevistada. Todas as informações acrescentadas se encontram em notas de rodapé.

<sup>3</sup> Maria Beatriz C. Abramides, assistente social do Inocoop à época.

<sup>4</sup> Célia Fernandes Vilarinho Peres, assistente social à época do Hospital do Servidor Público Estadual.

<sup>5</sup> Chana Viner, assistente social à época da Prefeitura Municipal de Osasco.

profissão, e nós recusamos aceitar essa avaliação e esse critério. Mas isso, cada uma de nós sofrendo essa crítica, e foi a necessidade de nos organizarmos para enfrentarmos esse preconceito contra nós: que o Assistente Social era para resolver os problemas dos pobres que o governo criava — o governo da época, o sistema econômico da época criava — e nós, Assistentes Sociais, devíamos ir lá para pormos panos mornos entre os conflitos e as contradições. E alguns de nós nos recusamos a incorporar essa avaliação e deixar barato, e aí nós tivemos um momento de reflexão entre nós.

Não dava para pensar em fazer isso com os profissionais no seu todo, muito menos a partir de uma Faculdade ou de alguma entidade ligada ao Serviço Social, porque não havia — e as que havia não eram no sentido de evoluir, no sentido de assumir a dimensão política da profissão. A gente entendia que a neutralidade político-ideológica favorecia os que não queriam mudança nenhuma; pra eles estava tudo bem, estava tudo bom. Para resolver os problemas da fome, da pobreza, do desemprego, o trabalhador estava despreparado para enfrentar a conjuntura, e a profissão teria que estar junto, ajudando o trabalhador individualmente a superar as dificuldades, e não focada nas causas estruturais do regime político, do sistema político e do regime de governo, que era a ditadura militar.

E nós, trabalhando em órgãos públicos... então nós vimos que tínhamos que nos organizar e nos assumir politicamente e coletivamente, para poder a gente preservar os espaços que a gente estava conquistando e ampliar esses espaços. E aí a gente viu que tinha que assumir a tarefa de contribuir com a organização política da profissão.

Depois do mestrado, eu voltei para lecionar para Assistentes Sociais na Universidade Federal da Paraíba, em 1971... frequentei as reuniões do Departamento de Ciências Sociais; iria assumir a cadeira de Ciências Sociais numa segunda-feira e, na sexta-feira, recebi o recado da Chefe do Departamento de que minha entrada na Universidade tinha sido vetada pelo regime militar, da divisão do regime militar lá da região, que havia determinado ao Reitor<sup>6</sup>...

**Entrevistadoras:** Nesse momento você vai trabalhar com os camponeses, quando você não é contratada. Você já tinha um trabalho anterior, e você continua o trabalho com a derrota das Ligas Camponesas. Fale um pouco para nós deste trabalho.

---

<sup>6</sup> Erundina, depois que se formou em Serviço Social, teve experiência como professora na área de Serviço Social “como monitora, como auxiliar. Mesmo como estudante, eu já trabalhava junto a algumas cadeiras no curso de serviço social lá em João Pessoa”. Explica que “a Faculdade de Serviço Social ainda não era da Universidade, ainda era uma escola de uma congregação religiosa...Portanto, eu, como auxiliar de ensino, como monitora, ajudei em algumas cadeiras lá, ainda como estudante. Quando fiz Ciências Sociais, era para lecionar nos cursos da Universidade. E aí fui impedida pelos órgãos de segurança” (Sousa, 2002, p. 14).

**Luiza Erundina:** As Ligas Camponesas foram destroçadas, numa violência enorme que ainda não se contou a sua verdadeira história, que teve um foco importante na Paraíba... Nós não éramos ligadas às Ligas Camponesas, nós entramos na relação com os que ficaram dos destroços do massacre... do Sapé<sup>7</sup>, e com o respaldo da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra da Arquidiocese da Paraíba, que era Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, no Recife<sup>8</sup>. Era a igreja progressista... Toda aquela conjuntura do final do governo Goulart e o início da ditadura militar... teve uma presença muito forte da Igreja progressista, influenciando a política de educação e influenciando a política da terra... Era uma ação do nordeste, da igreja progressista, com os militantes políticos de esquerda que entraram na luta assumindo diretamente, concretamente, a dimensão política da militância. Fé e Política nasceu ali<sup>9</sup>.

A fé sem política se ressentia de sua eficácia, de sua importância, da sua oportunidade e da coerência... A fé sem política não é uma fé consequente, ou seja, uma fé transformadora. Portanto, tinha um vínculo cristão, católico, mas ao mesmo tempo tinha um braço político forte que associava a opção de fé com a ação política com vistas às reformas estruturais, as reformas de base que o Governo Goulart, o Celso Furtado e outros que estavam juntos estavam promovendo. Eles promoviam as reformas de base no sentido exatamente de enfrentar as injustiças, enfrentar as desigualdades, enfrentar, sabe, as consequências do capitalismo na sua forma mais atrasada, que tinha por base a propriedade da terra, apropriada individualmente, improdutivamente e excluindo os trabalhadores da terra e reforçando a migração campo-cidade.

<sup>7</sup> As Ligas Camponesas do Sapé se referem ao núcleo das Ligas Camponesas que atuou na região do Engenho Sapé, localizado no município de Sapé, na Paraíba, sendo um dos núcleos mais importantes do movimento camponês entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Formadas por trabalhadores rurais (trabalhadores sem-terra, moradores de engenho, arrendatários e pequenos agricultores), as Ligas foram organizações de resistência às duras condições de vida e trabalho impostas pelos proprietários de terra na região do nordeste. No Sapé, as Ligas se organizaram para reivindicar direitos trabalhistas no campo, acesso à terra, fim de expulsões arbitrárias e reforma agrária. Com o golpe de 1964, as Ligas foram duramente reprimidas, e suas organizações – incluindo o núcleo do Sapé – foram desmanteladas. Consultar, por exemplo, Julião (1962), Medeiros (1987) e o Memorial das Ligas Camponesas (2025).

<sup>8</sup> Dom José Maria Pires, o “Dom Zumbi”, foi arcebispo da Paraíba (1965-1995) e Dom Hélder Câmara foi arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985). Foram umas das principais vozes da Igreja Católica na defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura e por justiça social no campo. Quando ambos assumiram seus arcebispados, as Ligas já haviam sido duramente desmanteladas e passaram a denunciar e condenar a violência sofrida pelos trabalhadores rurais (que eram assassinados, que enfrentavam expulsões, prisões e ameaças). Dom Hélder e Dom José ajudaram a preservar e transformar o legado das Ligas, impulsionando e apoiando novas formas de organização popular, como as Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos, centros de formação e movimentos rurais que deram continuidade, de outro modo, à luta iniciada pelas Ligas.

<sup>9</sup> *Fé e Política* é uma corrente de reflexão e atuação dentro da Igreja Católica e de movimentos cristãos que surgiu na América Latina a partir dos anos 1960–1970, influenciada pela Teologia da Libertação. É um movimento que busca articular a vivência da fé com o compromisso social e político com as lutas contra as injustiças sociais, a conscientização política e o apoio a movimentos populares. Dom Hélder e Dom José foram grandes referências desse movimento.

Foi nesse momento, eu estava com essa atuação, que eu vim fazer o curso de mestrado (1968-69).

Voltei em 1970 (*para João Pessoa*), e não fui lecionar porque fui vetada pelo regime militar, eu tenho inclusive ofício do Reitor... informando isso... e fiquei o ano de 1970 trabalhando esse trabalho de igreja<sup>10</sup>, indo pro campo, indo com o bispo, porque se fosse sozinha era capaz de ser presa. Então, nós íamos no final de semana pra aquelas áreas cobertas que eles faziam no campo para conversar com os camponeses e pra tentar resgatar os trabalhadores que estavam dispersados com os destroços das Ligas Camponesas...

O medo e a repressão foram tão fortes sobre eles que eles não se reconheciam mais como camponeses, como trabalhadores rurais e foi com esse núcleo que restou das Ligas completamente destroçadas, muito medo, muito trauma, a morte do Teixeira (*faz menção ao documentário “Cabra Marcado para Morrer”*) e a sua parceira Elizabete<sup>11</sup>. Com o apoio do bispo progressista Dom José e Dom Helder a gente tinha um certo respaldo pra tá trabalhando com os camponeses, não estávamos tão frágeis, tão expostas como Assistentes Sociais trabalhando com a igreja até um certo ponto...era um trabalho interdisciplinar, com profissionais de várias áreas...

Eu voltei para ir lecionar na Universidade Federal da Paraíba e aí houve o impedimento... Então eu fiquei trabalhando como funcionária administrativa... no INPS... e sendo muito visada. Onde eu ia tinha um olheiro destes querendo ouvir o que eu estava fazendo e gravando minhas falas em algum lugar pra ir me detonar. Eu me lembro uma vez, eu estava fazendo uma palestra com trabalhadoras domésticas porque elas estavam querendo formar uma associação, nós estávamos juntas para que elas formassem aquela associação e no final da palestra, no final da sala, eu encontrei um jovem que morava vizinho a minha família lá no bairro e eu conhecia esse rapaz, a irmã dele estudou comigo no Colégio estadual... e como o Colégio era afastado, muitas vezes era o pai da Edna e desse rapaz que ia nos levar... porque era muito deserto... Então eu o conhecia como vizinho, ele estava lá no fundo da sala, ele me abordou, se aproximou de mim, se apresentou, eu sou o fulano de tal, irmão da Edna, moro

<sup>10</sup> Um ano antes de cursar o mestrado e trabalhando no SANDU, Erundina vai passar férias em São Paulo na casa de parentes e faz um concurso para assistente social no INPS, sendo aprovada. Ficou o ano de 1970 trabalhando no INPS, em João Pessoa, em uma atividade administrativa e “militando como assistente social. Militava nos movimentos de mulheres, no trabalho com o trabalhador rural” (Sousa, 2002, p. 14).

<sup>11</sup> Erundina se refere a Francisco Teixeira, que foi uma liderança das Ligas. Foi assassinado, em 1962, por latifundiários e grupos armados. Sua esposa, Elizabete Teixeira, também era militante e foi duramente perseguida, o que a obrigou a viver escondida durante todo o período da ditadura. O filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, foi iniciado em 1964 e pretendia relatar a vida de Teixeira com a participação de Elizabete. As filmagens foram interrompidas no dia do golpe e parte do material foi apreendida. Coutinho retomou o filme entre 1981–1984, agora como documentário sobre as lutas camponesas pré-64, o assassinato de Teixeira e a perseguição a Elizabete, seu sofrimento e o reencontro com os filhos. Link do documentário: <https://youtu.be/yaOQ2Pyo15w>

vizinho a sua casa e eu trabalho para o regime militar e eu estou aqui pra gravar o que você tá falando pra levar... então ele declarou, assim meio sem jeito.

Eu disse, olha você sabe as consequências disso pra mim e pra outras pessoas que eventualmente você segue levando informações...eu não faria esse trabalho... Então chegou um ponto que eu não tinha mais liberdade nenhuma, segurança em canto nenhum. Aí tinha uma amiga minha, irmã de caridade, que tinha um irmão que era membro do poder do 4º Exército lá em Recife e ela indagou dele qual era minha situação política diante das forças armadas...então ele falou pra ela que eu corria risco, que não era bom permanecer lá, que era melhor eu sair de lá, porque tinha problemas sérios, era mais seguro eu sair de lá...foi quando resolvi vir para São Paulo. Me lembro que eu não queria vir, queria continuar fazendo a luta lá pela Reforma Agrária e fui tomar o ônibus no Recife... até São Paulo. Já tinha estado lá fazendo o curso, e voltei como Assistente Social, como funcionária do INPS<sup>12</sup>... Então eu fui de ônibus para São Paulo...essa religiosa que era minha amiga foi me levar na rodoviária, eu muito magoada, chorando, eu senti como se eu tivesse deixado a luta para trás...

Cheguei em São Paulo (*em 28 de janeiro de 1971*), eu odiava essa cidade... São Paulo era muito frio e eu não tinha roupa adequada para o inverno... me lembro do frio que eu sofria. Eu trabalhava durante o dia...6hs fazendo cálculos... para benefícios para o trabalhador, trabalho... burocrático...

Aí comecei a dar aula na Faculdade Paulista de Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas e na Pontifícia Universidade Católica (todas em São Paulo); no interior do estado, em que voltava na mesma noite, de ônibus: Universidade de Taubaté (UNITAU); Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, e na Universidade Católica de Santos, em Santos. Então eu fiquei dez anos lecionando em diferentes Faculdades.

Aí eu entrei na luta política através dos estudantes, que já estavam resistindo aos currículos tradicionais...os alunos fizeram greve e nós, professores, fizemos greve juntos, aí eles nos demitiram...<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Erundina pediu transferência como administrativa do INPS para trabalhar em São Paulo. Ela já “tinha feito o concurso de assistente social, estava bem classificada, então era certo o meu aproveitamento como assistente social do INPS. Só que eles me colocaram num órgão de contabilidade, para fazer cálculos custo-benefício... Deve ter sido por limitações políticas, o fato de eles não terem me aproveitado como Assistente Social. E me lembro que me obrigavam a fazer cálculos, a fazer horas extras fazendo cálculos de serviços. Era uma agonia!” (Sousa, 2002, p. 16).

<sup>13</sup> Erundina foi demitida da Faculdade Paulista de Serviço Social depois de nove anos de trabalho “... porque nós nos aliamos aos estudantes numa greve interna para repensar o currículo, para repensar a formação profissional” (Sousa, 2002, p. 22).



**Entrevistadoras:** E você também, neste período, já estava na luta no trabalho profissional. Você passa no concurso público em 1971 na Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo (Sebes) e vai trabalhar nas favelas<sup>14</sup>.

**Luiza Erundina:** Eu fiz um outro concurso e a prefeitura me chamou logo em seguida...e me puseram para trabalhar nas favelas e nos cortiços e aí que foi que eu me descobri em São Paulo. Porque quem eu fui encontrar nas favelas? Os trabalhadores rurais que não tinham mais condições de trabalho e viam para a cidade grande, não exatamente os mesmos, mas havia gente do nordeste, do interior de São Paulo. O fluxo migratório campo-cidade intensificou-se naquele período pela mudança da política agrária do governo, enfim, então eu fui para as favelas.

Aí eu percebi, havia poucas favelas na época porque a repressão sobre as ocupações era muito grande, e as ocupações se faziam de madrugada, uma a uma, família por família. Elas estavam chegando, não tinham onde morar, não iam para debaixo de viaduto ainda...então encontravam um vazio na cidade, um espaço e de madrugada montavam um barraco e entravam para dentro... A partir do dia seguinte ia crescendo, e ia se criando os núcleos de favela, foi onde a gente atuou como Assistente Social.

E eu, tendo uma identidade muito direta com a situação deles e com eles, porque estavam vindo expulsos pelo latifúndio, estavam vindo do campo para a cidade e chegavam aqui não tinham onde morar, muito menos trabalho, não tinham a formação para o trabalho urbano, na indústria. Não tinham, porque estavam vindo do campo, portanto numa precariedade muito grande.

O primeiro problema que enfrentavam, além do emprego, era o de não terem onde morar... eu, desde o início com outras colegas, acompanhamos essa construção, esse crescimento do fenômeno de favelas na cidade, favelas e cortiços, e foi rápido porque foi um

<sup>14</sup> A Sebes foi transformada em Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) em maio de 1977, criando a descentralização do órgão e a criação de Supervisões Regionais de Serviço Social (Surss). Erundina integrou a Surss da zona norte, a partir de 1978, na área de habitação. As diretrizes de trabalho de ação da Surss eram compreensão da realidade regional, criação de uma metodologia comum de trabalho social junto à população da área regional que tinha como estratégia a mobilização e participação popular. Em 1979, como representante da Surss, Erundina foi convidada pela direção da Cobes para a elaboração de uma proposta de trabalho junto a representantes de outros órgãos da prefeitura. A proposta não foi oficializada devido ao esquema montado para apoiar a candidatura do então prefeito biônico Reynaldo de Barros ao governo do Estado de São Paulo, transformando a Cobes em seu cabo eleitoral. Técnicos capacitados foram afastados, Assistentes Sociais perderam emprego e lideranças de movimentos populares cooptadas. “Ainda passei por outras experiências na Cobes. Tive oportunidade de compreender as limitações impostas pela instituição com o fim de impedir a realização de um trabalho comprometido com os interesses dos trabalhadores. Compreendi ainda que o profissional competente e realmente comprometido com os interesses dos trabalhadores, se está sozinho, não é capaz de reorientar uma prática institucional. Para superar as limitações, temos que ampliar e criar novos espaços de atuação, assumindo, ao mesmo tempo, clara posição política diante da realidade social” (Sousa, 1991, p. 69).

período que se intensificou o fluxo migratório campo-cidade... e aí os núcleos de favelas começaram a crescer e a se formar. A repressão policial e de governo se dava com muita força e aí nós fomos de novo visadas por estarmos juntas com eles nos momentos de despejos. Ficávamos ao lado deles enfrentando a repressão policial e como funcionárias da prefeitura.

E eles queriam que nós, Assistentes Sociais da prefeitura, ao invés de estarmos lá apoiando, defendendo os trabalhadores - sem terem onde morar - da repressão policial, nós tínhamos que convencê-los a sair e tendo uma ajuda financeira para dar a eles, uma passagem de volta de onde eram e alguma coisa para comer durante o caminho. Houve um decreto do Paulo Setúbal, que era prefeito da cidade, criando essa função para nós<sup>15</sup>. Aí foi a primeira vez que nós nos rebelamos, nós que estávamos sobrevivendo na cidade sob os olhos da ditadura, da repressão a nós, mas como funcionárias públicas.

A condição de funcionárias públicas nos dava acesso aos problemas, à população, às comunidades e as condições de sobrevivência nossa. Mas o compromisso da luta pela questão da terra, o direito a trabalhar e viver da terra e a terra pra morar... Eu descobri na luta que tinha que estar aqui mesmo... Eu tinha uma identidade muito forte porque eu trouxe de lá a razão de ser, o meu compromisso com a democratização da terra no campo, a mesma coisa a democratização da terra na cidade.

E aí foi o vínculo mais forte, político, que se criou entre, no meu caso e outras pessoas que trabalhamos juntas, com as favelas, os cortiços, com a população das periferias, que crescia assustadoramente...as ocupações já não se davam só individualmente, se davam por grandes grupos de pessoas e a resistência era mais forte, conseqüentemente, a repressão era mais forte...

A gente lá tentando evitar a repressão policial. O Adão morreu num despejo de favela na zona leste... Era um ocupante de terra que resistiu à expulsão, ao despejo, e nós tentando negociar com a polícia. Tinha alguns advogados — que estavam na nossa equipe — que também ajudavam a encaminhar junto à justiça, protelando a hora de despejar para poder juntar gente, organizar melhor a luta.

Aí nasceu o grande movimento de favelas e de cortiços pelo direito à terra na cidade pra morar e esse movimento foi tão forte que ensejou a organização política dos Assistentes Sociais, que trabalhavam com esse fenômeno.

---

<sup>15</sup> Erundina se refere ao Decreto Municipal n.15.086 de junho de 1978 do prefeito biônico Olavo Setúbal. “O decreto determinava o uso da força policial e a intervenção de assistentes sociais através da Unidade de Supervisão Regional de Serviço Social (Surss)...para impedir a ocupação das áreas vazias na cidade para deter o crescimento das favelas”. Erundina, em outra entrevista, elucida: “Então, ia o assistente social, junto com o policial, levando uma ajuda para o aluguel de três meses, ou para a construção de um barraco, ou a compra de um terreno... Alguém que tivesse um terreno, um parente que tivesse um terreno para ajudar a construir uma casa, ou então, dar passagem de volta para as pessoas que estavam chegando...” (Sousa, 2002, p. 18).



A gente viu que não dava mais só como funcionária da prefeitura, Assistente Social que trabalhava na prefeitura, dar condições e ação política nossa sem que isso implicasse na nossa eliminação, na demissão. Não só eu, outras companheiras. Aí veio a ideia da gente reativar a Associação Profissional dos Assistentes Sociais, que estava desativada há sete anos.<sup>16</sup>

Aí foi o nosso trabalho, veio a Celinha, a Chana, a Bia, me convencer pra que eu assumisse a presidência da Associação, que seria reativada<sup>17</sup>... Eu não estava interessada em fazer militância sindical naquele momento, estava interessada em continuar a luta na cidade... usando a profissão, mas percebendo os limites e as determinações que faziam com que a profissão não iria muito a frente... que não iríamos resistir por muito tempo só como profissionais.

Aí veio a ideia da Associação Profissional, era um outro espaço que a gente criava pra onde a gente levava a discussão da luta pelo direito de morar, terras ociosas na cidade, a repressão nos despejos<sup>18</sup>. E o governo, também, começou a nos vigiar, a nos perseguir, enfim, era de novo a resistência ao regime militar a partir da ação profissional, mas ação profissional com uma dimensão político-sindical...onde vieram outros profissionais, outras associações, vieram e se juntaram a nós nesses momentos de *stresse* e de conflito e de confronto com o governo, com o regime.

Era um espaço mais independente e, ao mesmo tempo, apoiado por mais entidades, profissionais de outras áreas... E os próprios favelados também começando a discutir, perceber as causas dos seus problemas, começaram, também, a se organizar e a exigir que os profissionais também se organizassem.

<sup>16</sup> Isso foi em 1977. Mas já no ano de 1968, houve tentativas de reorganizar a Associação por parte de alguns profissionais com o apoio do movimento estudantil por meio da realização de assembleias. Entretanto, com a promulgação do AI-5 em dezembro deste ano, esse processo de reativação foi impedido, assim como associações e entidades sindicais profissionais em todo o país. Esse processo ainda necessita ser investigado.

<sup>17</sup> “Lembro-me que era um pessoal que tinha saído da PUC, recém-formado. Eu já tinha bastante idade, já era formada há muito tempo, mas eles me procuraram para dar condições de representatividade junto à categoria na reativação da APASSP. Então, eram jovens. Era a Chana, a Socorro - que trabalhava no INAMPS -, tinha um grupo grande de pessoas... a Celinha... Enfim, eram jovens que estavam saindo do curso de Serviço Social da PUC e que tinham vínculos com, por exemplo, a Convergência Socialista, com grupos clandestinos e que, no Serviço Social, viam como instrumento reativar a Associação. E eu estava junto com eles na APASSP” (Sousa, 2002, p. 17).

<sup>18</sup> “E aí nós nos rebelamos – nós da APASSP – contra esse decreto e dissemos que não íamos cumpri-lo. Isso em plena ditadura...Aí, chamamos a população favelada para dizer: olha, esse decreto é para tirar vocês das áreas em que vocês estão, além de impedir que ocupem outras. Portanto nós estamos sendo ameaçados de demissão, de enquadramento na Lei de Segurança Nacional etc. Então vamos juntos tentar resistir a essa ordem, a esse decreto”. Sousa (2002, p.18). Um debate sobre essa questão foi promovido pela APASSP com moradores de favelas, representantes de movimentos sociais e de outras categorias profissionais, dando “início ao processo de organização dos moradores das favelas...depois surgiam as Associações de Moradores de Favelas, que passaram a dirigir o movimento de forma autônoma ...” (Sousa, 1991, p. 77-78).

Eles não entendiam, depois de um certo tempo que a gente os convencia a se formarem com suas comunidades para resistir, a luta, eles não entendiam que nós não tivéssemos também a nossa organização. Isso nos formava também, nos levava também, nós, também, tínhamos questões profissionais nossas que requeriam uma ação política em defesa de nós, porque somos trabalhadores. Nunca a profissão se colocava para si mesmo a condição de trabalhador assalariado, os profissionais se achavam profissionais liberais. Coisa nenhuma, eram assalariados, explorados tanto quanto e que precisavam se organizarem, conscientizarem da sua posição de opressão, de injustiça, de desigualdade.

Também isso contribuiu para que os profissionais começassem a se interessar pela militância sindical através da Associação Profissional... Então a profissão começou a se politizar, a profissão era tida mesmo como profissão a pretexto de ser técnica, científica, não pode ter opção ideológica, falar em política<sup>19</sup>... então a gente rompeu com tudo isso... e essa ruptura se deu definitivamente no Congresso (*de 1979*).

**Entrevistadoras:** Neste contexto mesmo como é que era esse trabalho (na SEBES) junto com a docência?

**Luiza Erundina:** Eu continuei lecionando nas escolas no horário que não era o do trabalho na prefeitura<sup>20</sup>.

**Entrevistadoras:** Luiza, duas perguntas ligadas. Você era Assistente Social, docente e militante sindical. Como é que esse conteúdo, essa prática, essa relação com os movimentos sociais vieram para os conteúdos (se veio, como veio), para o ensino nos espaços em que você estava? E, situe para nós, elementos da pressão interna que esse movimento da categoria produziu no âmbito da Secretaria de Bem-Estar Social. Teve o Congresso que é emblemático, mas também tem muito mais coisa aí.

<sup>19</sup> Segundo Erundina, “a diretoria da APASSP estava decidida a contribuir no processo de mobilização e organização da categoria” por meio de realização de atividades e lutas que envolveram profissionais do estado de São Paulo e de todo o país. Lembra que um “número significativo de profissionais e estudantes de Serviço Social compareceu ao painel intitulado “O papel do assistente social frente à realidade brasileira” em 1978, em comemoração ao dia da profissão no teatro TUCA da PUC-SP. Sousa (1991, p. 76). Explicita: “Reativamos a APASSP, e fiquei três anos como presidente (1978-1981), participando de todas as lutas de resistência”. Na greve geral dos servidores públicos do estado e do município, em abril de 1979, Erundina era do comando de greve como Assistente Social da prefeitura e como presidenta da APASSP, e em alguns momentos, assumiu a liderança da greve, que durou mais de um mês. A APASSP, também, esteve presente na Comissão Permanente de Mobilização no apoio aos trabalhadores metalúrgicos em greve no ABCD (em 1979), no Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos em greve no ABC e, desde 1978, compôs a coordenação geral do Comitê Brasileiro de Anistia.

<sup>20</sup> Nesse tempo, Erundina lecionava nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), uma instituição privada: “Lembro-me que, a cada ano, os estudantes me convidavam para ser paraninfa, e meus discursos eram gravados. Em seguida, eu era chamada na diretoria para explicar meus discursos. E os estudantes... faziam um abaixo assinado exigindo a minha volta no ano seguinte, porque eles sabiam que se eles não fizessem isso, se não me sustentassem, eles me demitiriam” (Sousa, 2002, p. 23).

**Luiza Erundina:** Antes de trabalhar nas favelas, eles me puseram para coordenar o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que era de responsabilidade da prefeitura... e tinha uma equipe muito boa... gente tocada pela luta também... Eu coordenando a equipe... algumas delas politizadas...

Quando estudava, a gente adotava o método Paulo Freire no campo, alfabetizando trabalhadores... esses profissionais conheciam e trabalhavam com o método Paulo Freire. Aí veio a obrigatoriedade do livro do MOBRAL, que era o livro da Abril<sup>21</sup>, com método de alfabetização de adultos mais antigo do mundo e generalizado para todo o país... Dissemos: vamos elaborar apostilas com o método Paulo Freire, nós não vamos usar os textos da Abril, mas isso tínhamos que fazer clandestinamente porque se a gente fosse pego era grave. Nós passamos a alfabetizar com o método Paulo Freire através de apostilas elaboradas pela equipe.

Portanto, a gente ia fazendo subversão na medida que desse aqui e acolá no interior da instituição. Aí veio forte foi esse trabalho nas favelas que era um fenômeno que explodia... e isso tinha um fator de subversão forte. Por isso, eles escolhiam a nós, Assistentes Sociais, para convencer os que estavam ocupando a terra para voltar para seu lugar de origem...

**Entrevistadoras:** O que vocês faziam quando foi colocada essa demanda, esse decreto?

**Luiza Erundina:** Ao mesmo tempo que levava os serviços, a assistência social... cesta de alimentos, ajuda para aluguel, etc. nós levávamos, juntas, a preocupação em conversar com as pessoas que a gente levava esses serviços, a razão do porque eles estavam precisando desses benefícios. Não é porque você está desempregado que você está recebendo esses benefícios, você é desempregado porque tem uma situação maior que te coloca nessa situação. Não é culpa sua, nem é favor nenhum do governo... Você tem direito a muito mais, você tem direito ao trabalho, a emprego, a salário, a morar. Então você levava junto a conscientização, a força da conscientização, mas tudo isso sob um risco muito grande, porque havia pessoas encomendadas para ver o que a gente estava fazendo... Éramos profissionais... que conseguiam permanecer junto ao povo e, se realmente estava tocado pelo processo de emancipação do pobre e de oposição ao regime, esse contato com o povo era fundamental. Com todos os riscos que isso implicava. Se não você ia reproduzindo a situação gerada pela própria política do governo...

Não dá para levar os benefícios só sem levar junto a consciência ao beneficiário do porque ele tá recebendo isso, porque isso significa pra ele não achar que tá recebendo um favor. Não é favor. Então era um processo de conscientização na linha freiriana mesmo.

<sup>21</sup> O MOBRAL foi um programa criado no período da ditadura (1967-1985), que impôs a utilização do material didático produzido pela editora Abril no processo de alfabetização funcional de jovens e adultos. O material promovia um ensino homogeneizador em profunda sintonia com a ideologia do regime.

A gente lia os livros de Paulo Freire que a gente importava clandestinamente<sup>22</sup>. Alguém que viajava para o exterior e não tinha vínculo com a política, era lançado um livro do Paulo Freire em algum país, a gente sabia. Então falávamos: quando você vier compre o livro tal e esconde na sua mala, chegando aqui eu pago. A gente importava dessa forma, clandestinamente, os livros e, nos finais de semana, a gente se escondia em algum buraco...e estudava, lia os livros, era assim. Era resistência mesmo. Acho que isso nos formou muito. Não foi fácil. Era aquilo que a gente fazia no nordeste...

Então o serviço público dava essa margem de possibilidade se você tivesse uma consciência, se tivesse um projeto, se tivesse decidida a correr o risco... Ou você corria o risco ou você ficava aguardando o dia em que acontecesse alguma coisa, mas alguma coisa estava acontecendo... Foi uma luta muito dura, mas que nos formou...

**Entrevistadoras:** Você avalia o fato dessas assistentes sociais... já terem resistido como estudantes, já terem resistido no campo, isso auxiliou a própria formação de consciência delas? Eram profissionais que vinham com um grau de consciência muito grande.

**Luiza Erundina:** É o meu caso. Havia antes o envolvimento dos profissionais na política, até que assumissem uma luta política no plano institucional<sup>23</sup>.

Neste momento da entrevista, Maria Beatriz C. Abramides e Luiza Erundina evidenciam, juntas, o fato de os movimentos sociais reconhecerem a importância da APASSP para suas organizações e suas lutas. Também afirmam a importância da APASSP se constituir como um espaço da luta sindical e de articulação política das profissionais que estavam atuando nas várias políticas sociais públicas setoriais. E, nelas, ajudando os movimentos a organizarem-se na defesa dos seus direitos (como as lutas pela tarifa social de água e luz, pelas creches

<sup>22</sup> Importante lembrar que Luiza Erundina, quando cursava a graduação em Serviço Social já fazia um trabalho de alfabetização de adultos no ciclo de cultura do Paulo Freire. Com a instauração da ditadura, lembra que "...nossos livros tiveram que ser escondidos, os retroprojetores que usávamos nas aulas de alfabetização de adultos tiveram que ser enterrados..." (Sousa, 2002, p. 7).

<sup>23</sup> Em outra entrevista, Erundina é indagada sobre qual a relevância que teve a militância de alguns Assistentes Sociais vinculados a organizações de esquerda - para além dos espaços da categoria profissional- naquele momento histórico. Ela evidencia: "Antes de tudo, contribuiu para criar uma outra imagem do profissional de Serviço Social junto aos trabalhadores e a sociedade em geral. A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade, contribuiu para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos Assistentes Sociais com profissionais de outras áreas (pedagogos, sociólogos, economistas, advogados), ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas. Ajudou no processo de politização dos assistentes sociais menos politizados e contribuiu na organização política da categoria, participando da criação de associações profissionais e sindicatos como instrumentos de luta por direitos e de conquista de espaço de ação política na sociedade. Em síntese, a militância dos Assistentes Sociais vinculados a organizações de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970, foi muito importante como presença da categoria nas lutas que marcaram aquele momento histórico da vida do país e que criaram as condições para as mudanças e avanços, cujos efeitos até hoje se fazem sentir" (Sousa, 2009, n.p.).

diretas, contra as mães crecheiras, entre outras). Eram profissionais que estavam enraizadas na discussão dessas lutas.<sup>24</sup>

**Entrevistadoras:** Como que isso pressiona a instituição para mudanças internas? E também dos movimentos que resultam das ações que pressionam essas mudanças?

**Luiza Erundina:** Você percebe que o movimento é uma luta mais de prestação de serviços e aproveitar essa relação de prestação de serviço para dar um componente conscientizador e politizador. Isso vai crescendo ao ponto de que uma comunidade que lutava para a canalização de um córrego... ou uma creche... ou um posto de saúde, essa luta ela ia se qualificando, ia se coletivizando. Quanto maior era o número de pessoas que demandavam aquele serviço e que lutavam por eles juntos, mais rapidamente esse coletivo se transformava numa força política. Aí, junto com profissionais que tinham uma opção política que trabalhava junto com eles, tinha uma mão dupla de politização e de força política que se criava a partir deles e a partir de nós. Nós nos formamos politicamente, nós nos organizamos politicamente, ao mesmo tempo que ajudávamos a população a se conscientizar da sua força, dos seus direitos...

Depois de um certo tempo que eu vivia isso, eu também quero dizer que quando é que eu e outras decidimos pela militância política partidária, porque exatamente o sindicato, a associação profissional, a CUT (Central Única dos Trabalhadores)... nós estávamos acompanhando a evolução do movimento sindical, nós apoiávamos a greve dos metalúrgicos... a gente ia para os eventos.

Eu me lembro de uma companheira nossa que se chamava Maria Odete... era só profissional, não tinha apelo político, mas ela descobriu a política na profissão naquele momento. Ela fazia lenços para usarmos nos atos contra o gás lacrimogêneo da polícia... Foi um processo muito rico, muito bonito e que fica...

Aí veio a nossa opção partidária e a ideia do mandato de vereadora, a própria profissão e os movimentos entendiam que era importante ter um mandato de vereadora. Então veio não por eu querer ser não, veio como consequência desse processo. Então, eu fui a vereadora levando os movimentos para dentro da Câmara... Essa mesma dinâmica que a gente imprimia à profissão junto aos movimentos, a gente passou a adotar essa dinâmica no espaço institucional no exercício de um mandato de um partido que nascia com uma vocação socialista, o Partido dos Trabalhadores. Que nascia na porta das fábricas, na porta dos sindicatos, na luta do campo, na luta das periferias, na luta pela reforma agrária. Portanto, um partido genuinamente do povo,

<sup>24</sup> Para uma explicitação da relação da APASSP com as lutas sociais aqui referidas, conferir Abramides, Duriguetto e Batistoni (2025).

nasceu do povo e o povo se formando com ele. Os petistas de origem se formaram na construção do partido, eles não acharam o partido pronto, eles acharam primeiro a luta e como membro da luta, viam a necessidade de ter uma ferramenta mais forte... não era suficiente o sindicato, a CUT, são necessários, mas não suficientes.

O suficiente era você disputar o poder político, porque é o poder político que muda as estruturas junto com o poder popular. Mas só que, com o tempo, esses partidos que nasceram com a vocação de ser poder popular - nascer com o poder popular e exercitar-se como poder popular - se perdeu e passou a se encastelar nos espaços institucionais de poder e se afastou do povo...Muita gente que veio do movimento se pendurou em mandatos, tirou lideranças dos movimentos, isso ao longo do tempo... Mas o processo anterior nos formava a gente de tal forma que a gente não conseguia fazer diferente.

**Entrevistadoras:** Este movimento na profissão também estava acontecendo na América Latina.

**Luiza Erundina:** O processo de formação política — que teve no Brasil aquela expressão que culminou com o Congresso de 1979 — também se dava um movimento na América Latina... a partir da resistência do povo às ditaduras... A categoria de Assistentes Sociais também participou desse movimento no Movimento de Reconceituação, reconceituando as bases teóricas que davam sustentação ao trabalho da profissão... E teve a integração da resistência dos profissionais na América Latina e do Brasil e a construção do novo no Serviço Social que era o processo de reconceituação.

**Entrevistadoras:** E fizemos aqueles encontros na época com o apoio do CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) que era a unificação desses assistentes sociais com os movimentos sociais na América Latina e no Brasil em que já discutíamos isso, nós fizemos o encontro em Itapeverica, antes do Congresso de 79. Antes deste Congresso, com esta relação direta que a Luiza está trazendo, em que a gente começa a se organizar estando coladas nas lutas sociais, junto com os movimentos sociais como assistentes sociais, nós vamos caminhando para essa direção antes, e com esses apoios como o do CELATS que vai apoiar a experiência do INOCCOP, a CENEAS, e que nos possibilitou organizar antes para o Congresso da Virada.

**Luiza Erundina:** As oposições sindicais do Serviço Social fazendo oposição aos sindicatos antigos. Uma inserção real nos fatos, nas conjunturas e influenciando as conjunturas... Por conta desse movimento na categoria e relacionado a outras categoriais que teve impacto na formação profissional. Éramos nós que estávamos na formação profissional, mas, já na condição de ter engajamento político...



**Entrevistadoras:** E era via associações que as Universidades vinham. Nós puxávamos as universidades, lembra quando a gente fez aquele ato pelas creches diretas na PUC, depois a defesa da moradia... Era nossa relação direta com a luta social como assistentes sociais e influenciando as universidades.

**Luiza Erundina:** Uma questão importante foi a relação da profissão com os trabalhadores assalariados e a relação dos trabalhadores assalariados com a profissão. Quando da greve dos metalúrgicos de 1978, quando Lula fez aquela denúncia no estádio da Vila Euclides<sup>25</sup> que a Volkswagen estava contratando Assistentes Sociais para aliciar os trabalhadores a saírem da greve... Quando no encerramento do Congresso (*de 1979*), o Lula foi convidado... para compor a mesa de comissão de honra do Congresso, porque nós destituímos a comissão de honra fruto da preparação nossa três dias antes do Congresso, que a gente não concordava com o Congresso, com como ele foi construído, com a programação, os custos, a exclusão dos estudantes... Nós fizemos uma denúncia a tudo isso... (*Erundina rememora aqui a dinâmica de denúncias e mudanças produzidas no Congresso de 79 pelas associações profissionais*)<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Em abril e maio de 1979, Luiz Inácio Lula da Silva, na condição de líder sindical, realizou discursos e assembleias históricas no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, como parte da greve geral dos metalúrgicos do ABC. No discurso que Erundina faz como paraninfa da turma de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de São Paulo, em março de 1979, ela explicita: “... injusta e arbitrária intervenção do Governo nos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABCD e à odiosa repressão policial de que estão sendo vítimas os trabalhadores daquela região. Estão sendo punidos por reivindicarem um direito. Seu ‘crime’ consiste em exigirem um tratamento mais justo nas injustas relações de trabalho, usando, para isto, do legítimo recurso de greve... Não podemos deixar de repudiar, nesta oportunidade, tais arbitrariedades, em incorrer em grave omissão e sem trair nosso compromisso profissional. Não é suficiente, porém, denunciar e repudiar. Temos que assumir, enquanto categoria profissional, posição ativa de apoio ao movimento dos trabalhadores” (Sousa, 1991, p. 45-46). Nos discursos para a turma da Faculdade de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo e da PUC de Campinas, respectivamente em 1979 e 1980, também repudia as demissões de profissionais que estavam ocorrendo em órgãos públicos e empresas privadas por suas posições críticas à ditadura: 24 Assistentes Sociais e outros profissionais do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (Inocoop); 05 Assistentes Sociais da Fundação de Promoção Social da Prefeitura de Santo André; Assistentes Sociais do Hospital dos Servidores Públicos do Estado e 06 professores da Faculdade Paulista de Serviço Social (Sousa, 1991, p. 47-48; 118-119).

<sup>26</sup> Nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 realizou-se na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, do qual participaram 21 entidades e criaram a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), que teve a APASSP na coordenação. Um dos temas deste Encontro foi a avaliação da organização do Congresso, em que destacaram o caráter acrítico dos temas que seriam debatidos, como o das políticas sociais, representantes governistas na composição das mesas, descompromisso com as lutas de resistência à ditadura, entre outras questões. O III CBAS foi realizado de 23 a 28 de setembro, com cerca de 2500 profissionais. No segundo dia do Congresso, foi chamada uma assembleia (dentro do Congresso), na hora do almoço, quando estava programada uma visita às entidades sociais. “No refeitório, com 600 congressistas, viramos o jogo do Congresso. Dissemos: Vamos tomar a direção do Congresso. Propusemos, e foi aprovado, que aquela Comissão de Honra composta à revelia da categoria, pelo então Presidente da República, General João Batista Figueiredo; o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio Lula da Silva); o Ministro da Previdência, Jair Soares; o Governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, o Prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros e o secretário da Promoção social do Estado de São Paulo, Antônio Salim Curiati, seria substituída por representantes dos dirigentes sindicais cassados; do Comitê Brasileiro pela Anistia; do Movimento Contra a Carestia; da Associação Popular de Saúde; da Frente Nacional do Trabalho, em homenagem aos trabalhadores

Eu queria chegar no momento do discurso do Lula (no Congresso) que começa dizendo assim: agora eu descobri que tem Assistente Social e tem Assistente Social, tem Assistente Social que está do lado do trabalhador e tem Assistente Social que está do lado do patrão. Isso eu aprendi nesse Congresso...

Foi um momento importante politicamente dessa descoberta, porque para nós que estávamos ligadas na resistência à ditadura e construindo uma nova profissão... de ser denunciado para milhares de trabalhadores que estavam na Vila Euclides...que Assistentes Sociais estavam sendo contratados para tirar os trabalhadores da greve, foi uma denúncia que pegou pesado na gente, nós que estávamos lá... Aí ele lembrou desse fato, aliás foi uma assistente social que levou o convite para ele fazer o encerramento do Congresso... isso foi um momento importante, que foi o resgate dos Assistentes Sociais pelos trabalhadores<sup>27</sup>.

**Entrevistadoras:** Uma questão agora é em relação à ocupação da Gleba do Pêssego.

**Luiza Erundina:** A população queria cobrar do governo algumas providências... aí nós trouxemos um grupo bastante grande... para ser recebido pelo Coronel Ávila e ele não recebeu. Então nós entramos na marra...ele chamou polícia para cercar o prédio e queria que a população saísse e que ficássemos só nós, Assistentes Sociais. Aí a população disse não, nós não vamos sair... e saímos juntos só de madrugada...<sup>28</sup>

**Entrevistadoras:** Luiza, nas suas entrevistas, no seu livro<sup>29</sup>, você fala que carregou na sua trajetória política até os dias atuais muito do seu compromisso, da sua concepção e visão profissional. Queríamos que você falasse disso.

**Luiza Erundina:** Eu tenho consciência de que toda essa trajetória, essa busca, esses avanços, também recuos, também tem perdas... vinha a minha formação profissional. A minha opção profissional marca cada momento dessa trajetória minha. Eu fui a Assistente Social que fui pela minha formação profissional de compromisso com o povo e de acreditar no povo. Que o povo é a origem do poder, portanto, estar com o povo, é estar com o poder e colocar esse poder a serviço do povo.

---

brasileiros e todos os que morreram na luta em defesa da democracia. A assembleia de encerramento contou com a presença da Comissão de Honra, eleita democraticamente pelos congressistas, ocasião em que várias Moções importantes foram aprovadas destacando-se, entre outras, a de repúdio à intervenção nos sindicatos e prisão de líderes sindicais; contra o projeto de Anistia restritiva e contra a devastação e ocupação da Amazônia" (Sousa, 2009, n.p.).

<sup>27</sup> As demais propostas aprovadas e os discursos proferidos por Erundina e por Lula no Congresso estão reproduzidos em Sousa (1991, p. 91-112).

<sup>28</sup> A pergunta refere-se a um trabalho de assistentes sociais e demais profissionais da SEBES junto a um movimento de moradia no período de 1979 a 1982. Este trabalho e o processo de tensionamento, de repressão e de criminalização imposto pelo órgão institucional aos profissionais foram desenvolvidos em Abramides e Duriguetto (2024).

<sup>29</sup> Sousa (1991).

Outro dia eu encontrei meu discurso de posse como vereadora... é incrível como esse eu já tinha o pensamento político na relação com a profissão... Eu me surpreendi como aquilo era a expressão daquilo que eu carregava comigo desde sempre. Quando eu cheguei como vereadora e de lá para cá eu fui a prefeita que fui, a deputada que fui — e continuo sendo a deputada que fui — tem a marca daquela luta e do meu compromisso profissional. É muito forte. Por isso eu digo se eu tivesse que escolher outra profissão outra vez eu escolheria o Serviço Social. Para mim, não tem uma formação tão determinante, na vida de uma pessoa, determinação na formação profissional de uma pessoa como foi para mim o Serviço Social. Eu não queria ser Assistente Social, queria ser médica... Me encontrei com o Serviço Social, já estava na luta pela reforma agrária. É muito forte o Serviço Social. É uma profissão realmente que muda a pessoa e promove mudanças. Se você realmente se organiza politicamente para isso. Realiza. E é uma profissão que não é prestigiada, que não tem bom salário... Mas é uma opção que se faz...

Se não te passar essa visão da profissão, a formação profissional fica muito reduzida às técnicas... e deixa de ter a marca que teve em toda a América Latina e passou a ser respeitada pela sociedade.

**Entrevistadoras:** Nossa pesquisa tem esse objetivo também de reafirmar esse tempo, essa posição, esse trabalho de relação político-ideológica com os movimentos sociais, em que segmentos profissionais articularam seu trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais, com as mobilizações e as organizações populares que estavam acontecendo naquela época em São Paulo. Ao mesmo tempo em que tinha um trabalho profissional muito vinculado às demandas populares (tanto as organizadas quanto as não organizadas), também tinha uma dimensão da militância política seja no sindicato, seja no partido. E foi essa conjugação de uma ação profissional comprometida nas e com as lutas mais a militância política que formaram a época de vocês, dos Assistentes Sociais dessa época que fizeram tanta coisa maravilhosa. Que lição que isso fica?

**Luiza Erundina:** Fica nas pesquisas que vocês estão fazendo, e essas pesquisas vão mexer com a cabeça das novas gerações. Não queremos transferir para elas essa nossa experiência que já não serve mais, é outra época, é outro momento. Não é que aquilo lá não serve mais, não serve mais para fazer face a essa conjuntura. Então capacitar as pessoas a avaliar o que é uma conjuntura, como ela se apresenta em um determinado momento e como isso é base da formação profissional... É o que se pretende com essa profissão naquele tempo que você está vivendo.

O que marca a profissão nesse momento como resposta a realidade que está aí... tem que ter uma dimensão política que é a força da ação profissional, é a opção política do profissional. Eu não vejo um profissional que lida com o povo, que lida com as contradições da sociedade, que não tenha um posicionamento político a respeito daquele momento, da sociedade, do país. É isso que nos dá elã, expectativa de futuro. Não fica preso ao cotidiano, a rotina profissional que mata qualquer ânimo, qualquer alento, qualquer sonho. Tem que sonhar. É o tipo de profissão que se não sonhar, se não se apaixonar, não muda muita coisa, e não dá alegria.

Estamos aqui vibrando com o que vivemos a quarenta, cinquenta anos atrás. É muito legal chegar ao momento que a gente está e olhar que a gente viveu isso, isso foi bom para nós e para os que viveram naquele tempo. O país tem jeito. É possível fazer diferente, e a história vai acontecendo... Eu sou muito feliz por ter feito essa opção profissional. Te juro. Eu faria outra vez essa opção, o Serviço Social.

### Referências bibliográficas

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Serviço Social e lutas sociais: o relato de uma experiência de trabalho profissional na prefeitura municipal de São Paulo (1979-1982)”. *Revista Ser Social*, Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia; BATISTONI, Maria Rosângela “Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana”. *Revista Em Pauta*, 23(59), 2025.
- CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Mapa Filmes / C.P.C. – Centro Popular de Cultura da UNE / MPC – Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, 1984. Documentário, 119 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yaOQ2Pyo15w>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. Prefácio. In: SOUSA, Erundina Luiza de. *Exercício da paixão política*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUSA, Erundina Luiza de. *Exercício da paixão política*. São Paulo: Cortez, 1991.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora FASE, 1987.
- MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. © 2025. Disponível em: [www.ligascamponesas.org.br](http://www.ligascamponesas.org.br). Acesso em: 7 nov. 2025.

### Entrevistas concedidas por Luiza Erundina de Sousa

- SOUSA, Luiza Erundina de. *Luiza Erundina (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

ERUNDINA, Luiza. *Memória da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APASSP)*. 2009. Disponível em: <http://exerciciodapaixaopolitica.blogspot.com/2011/11/memoria-da-associacao-profissional-dos.html>. Acesso em: 14 nov. 2025.